

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

ANA LÍGIA RIBEIRO GUERRA

**REPRODUÇÃO SOCIAL NA COMUNA DA TERRA IRMÃ
ALBERTA: UMA ANÁLISE DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO**

São Paulo

2017

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

ANA LÍGIA RIBEIRO GUERRA

**REPRODUÇÃO SOCIAL NA COMUNA DA TERRA IRMÃ ALBERTA: UMA
ANÁLISE DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO**

Trabalho de Graduação Individual, apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como exigência para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Marta Inez Medeiros Marques

São Paulo

2017

RESUMO

Este trabalho procurou identificar como está se processando a reprodução social, enquanto produtores rurais, dos acampados da Comuna da Terra Irmã Alberta, no distrito de Perus, único assentamento rural no município de São Paulo - SP. Partimos, então, para um estudo de caso no qual analisamos os sistemas de produção agrícola adotados pelos acampados, pois esse é um modelo de assentamento diferente do convencional adotado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Uma das diretrizes desse modelo de assentamento visa estabelecer relações entre o rural e o urbano, o campo e a cidade, tanto na organização de seu território quanto no que diz respeito à origem das famílias assentadas, significando uma alternativa para a sobrevivência dos expropriados sociais que se abre a partir da luta pela terra e na terra. Trata-se de uma experiência que busca levar a luta pela Reforma Agrária para áreas mais próximas às grandes cidades.

DEDICATÓRIA

“Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem”

Rosa Luxemburgo

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a meus pais, Lucia e Abílio, que sempre me apoiaram em todas as decisões que fiz em minha vida, inclusive quanto a minha carreira acadêmica, por me mostrarem que sou eu quem trilho meus próprios caminhos.

A professora Marta Inez, que me aceitou como sua orientanda e aceitou meu tema, mesmo com a adversidade da minha situação na graduação, e que me orientou muito bem e compreendeu minhas falhas, e esteve comigo até o fim dessa jornada.

A professora Sidneide Manfredini, que me possibilitou o contato com a Comuna da Terra tema desse trabalho, que me orientou no TGI 1 e por aceitar o convite para fazer parte da minha banca.

A professora Larissa Mies Bombardi, que aceitou fazer parte da banca, mesmo diante da urgência da apresentação.

Ao meu irmão, porque muito do que sou como pessoa devo a ele, que cresceu comigo e mostrou que qualquer caminho é possível e é meu companheiro de ideologias.

Aos meus amigos da graduação, principalmente os do Jair Ramone: Alex, Arthur, Bia, Doni, Márcio, Mari, Tati e Teo, que estiveram comigo durante essa longa jornada, tanto nos estudos como na vida. Fazem parte da minha história e da minha vida pessoal.

Aos colegas do Grupo GAIA, pelos esclarecimentos e ajuda.

Ao meu companheiro Leandro pelo apoio, amor e ajuda.

As famílias da Comuna Irmã Alberta, que sempre foram tão amigáveis, me acolheram e aceitaram responder ao questionário. Esse trabalho é dedicado a vocês, que possam ter forças para continuar com a luta que não será em vão.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Horta feita no lote do Sr Cardoso (núcleo 3) em mutirão realizado em 19 de junho.....	15
Figura 2 - Folders dos Cursos de Bioconstrução em 2017	15
Figura 3 - Curso de Bioconstrução – Reboco de Super Adobe. Preparação e uso	16
Figura 4 - Perfil do relevo da Comuna Irmã Alberta e a disposição dos núcleos	38
Figura 5 - Consórcio de uva, milho, feijão de corda e feijão nhandu	44
Figura 7 - Banco de sementes no lote da Dona Antonia	48
Figura 8 - Instrumentos na casa de farinha	48

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 - Localização da Comuna da Terra Irmã Alberta na RMSP	34
Mapa 2 - Incidência do Zoneamento de Uso do Solo sobre área da Comuna Irmã Alberta.....	36
Mapa 3 - Distribuição dos Núcleos e dos lotes.....	37

TABELA

Tabela 1 - Produtos comprados na Comuna Irmã Alberta para integrar as cestas, valor pago por unidade	47
--	----

SIGLAS

MST Movimento Sem Terra

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

SABESP Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

CPT Comissão Pastoral da Terra

CEAGESP Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo

PDS Projeto de Desenvolvimento Sustentável

ETEs Estação de Tratamento de Efluentes

CAUS Coletivo Agroecologia Urbana Social

RMSP Região Metropolitana de São Paulo

ONGs Organizações Não Governamentais

CONAB Companhia Nacional de Abastecimento

GAIA Grupo de Apoio ao Irmã Alberta

SESCs Serviço Social do Comércio

CCRU Solo Coletivo Cru Solo

SINDSERV/SBC Sindicato dos Servidores Públicos e Empregados Públicos Municipais e Autárquicos de São Bernardo do Campo

SUMÁRIO

1	Introdução	9
1.1	Metodologia	11
2	Capítulo I – Fundamentação Teórica	18
2.1	Transformações socioespaciais no Brasil	18
2.2	As relações cidade/campo – urbano/rural	19
2.3	Reprodução social	24
2.4	Os sistemas de produção	26
3	Capítulo II – Histórico da Área de Estudo	29
3.1	A proposta da Comuna da Terra do MST – Contextualização	29
3.2	A Comuna Irmã Alberta	33
4	CAPÍTULO III - Análise dos Sistemas de Produção	39
4.1	Organização do assentamento: a família, o lote e a área	39
4.2	A produção – organização e características	43
5.	Considerações Finais	50
6.	Referência Bibliográfica	53

1 Introdução

Nesta pesquisa, partimos para um estudo de caso no qual analisamos os sistemas de produção adotados por trabalhadores acampados¹ na Comuna da Terra Irmã Alberta, no distrito de Perus e único assentamento rural nos limites da cidade de São Paulo, a fim de identificar como está se processando a reprodução desses acampados enquanto produtores rurais. A pesquisa levou em consideração a proposta do assentamento, que estabelece relações entre rural/urbano e cidade/campo devido à sua localização, formato e sujeitos sociais que o compõe.

Refletindo sobre as questões agrárias do Brasil e a luta dos trabalhadores rurais pelo direito à terra, permanência e sobrevivência no campo, o interesse pelo tema deste trabalho surgiu ao mesmo tempo em que houve o conhecimento sobre essa proposta de assentamento, que difere em vários aspectos da estrutura organizacional e produtiva dos assentamentos convencionais do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Diante da situação atual do país sobre os conflitos de terras e a precarização do trabalho no campo e na cidade, faz-se necessária uma reflexão sobre alternativas de resistência dos trabalhadores rurais em face da lógica capitalista de produção e das políticas públicas do país para esses trabalhadores. Na contramão do processo de concentração da propriedade da terra e do crescimento do agronegócio, a luta pela terra que o MST vem travando parte das desigualdades constitutivas do campo brasileiro.

Nesse sentido, uma dessas alternativas propostas pelo MST foi a criação da modalidade de assentamento Comuna da Terra, que consiste em propriedades menores localizadas em áreas próximas aos centros urbanos, buscando atrair trabalhadores urbanos e rurais a fim de integrar as lutas das populações menos favorecidas tanto no campo quanto na cidade.

Essa modalidade de assentamento pode ser uma alternativa e ainda está em fase de experimentação, apesar de existirem Comunas da Terra

¹ Trataremos as famílias residentes na Comuna da Terra Irmã Alberta como acampados pois ainda não foi legalizado como assentamento pelo INCRA.

consolidadas há quase 10 anos. Mas não podemos deixar de fazer uma crítica quanto ao pequeno tamanho das parcelas designadas aos assentados e à dificuldade de manter a luta pela Reforma Agrária onde a pressão das questões urbanas se soma às disputas por terra presentes no campo.

A Comuna da Terra tem como proposta o desenvolvimento de atividades agrícolas para geração de renda e autonomia para as famílias. Considerando isso, os questionamentos iniciais da pesquisa foram sobre a produção agrícola no local, se as famílias de fato realizavam essas atividades, como produziam e escoavam sua produção e se estavam conseguindo garantir sua sobrevivência por meio do trabalho na terra.

Vimos que poucas famílias têm uma produção significativa, que não seja somente para consumo próprio, o que também é um fator importante para que compreendamos como está se dando sua reprodução da vida e quais mecanismos são usados por eles para sobrevivência.

Para poder melhor compreender o Assentamento, foi necessário conhecer o histórico da Comuna da Terra Irmã Alberta. A Comuna ainda não é legalmente um assentamento devido a um impasse jurídico relacionado à destinação da terra para fim de Reforma Agrária. A área pertence à SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - e ainda está sendo negociada com o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Ela está localizada em importante via de escoamento e no perímetro do município de São Paulo, se encontra próxima a áreas urbanas, no limite dos bairros de Cajamar e Santana de Parnaíba.

A proposta da Comuna da Terra desenvolvida pelo MST tem o caráter agregador do campo com a cidade, sem perder o viés da reforma agrária, mas buscando integrar também as pessoas marginalizadas nas cidades. A escolha de áreas na região metropolitana dos grandes centros urbanos é a estratégica adotada para que ocorra essa integração, além de permitir uma maior proximidade do comércio e maior facilidade de acesso à infraestrutura pública que a cidade pode proporcionar.

O assentamento é formado por sujeitos que, em sua maioria, viveram em centros urbanos em grande parte de suas vidas como trabalhadores de baixa renda, muitos passaram pelo processo de migração do campo, especialmente advindos do Nordeste do país (RAGGI,2014; GOLDFARB,2007).

Em face dessas peculiaridades, os assentamentos têm o desafio da consolidação na terra através do trabalho agrícola e da comercialização e beneficiamento de produtos. Assim, para que seja viável a reforma agrária nesses espaços, os assentados dependem da maneira que lidam com as formas de subordinação de sua renda ao capital.

Sendo parte de uma totalidade, para o estudo sobre assentamentos é necessário considerar sua dimensão histórica pois este espaço é o local de realização das estratégias e relações que unem os sujeitos em luta (FERNANDES, 1998). Para compor o histórico nesse trabalho, além de análise bibliográfica sobre a área também foram realizados trabalhos de campo para reconhecimento do local e outras atividades agregadoras ao assentamento.

Além disso, também foram feitos contatos com os coletivos que estão em parceria com o MST e a Regional do MST de São Paulo. Além da luta pela terra, esses grupos também são importantes para ajudar na consolidação do assentamento, pois têm o objetivo de reforçar as relações comerciais no assentamento, em busca de favorecer a obtenção de alguma renda pelos acampados.

1.1 Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizados trabalhos de campo na área estudada para reconhecimento, conhecimento e proximidade junto aos acampados; entrevista semiestruturadas com os acampados a fim de identificar quem são, o que estão produzindo, dentre outras características para analisar os sistemas de produção; e consulta bibliográfica visando contextualizar os conceitos trabalhados nessa pesquisa.

Nas entrevistas pudemos obter dados sobre os sujeitos, sua história na Comuna e suas práticas de trabalho. Também foram realizadas outras atividades

na Comuna em busca de se familiarizar com as questões ali presentes e para observação.

A coleta direta de dados com os acampados nos permite obter informações de quem vive ali, tanto no presente quanto no passado, bem como a caracterização do grupo estudado. Essas são técnicas importantes para realizar um estudo de caso. Com a coleta dos dados, vem a análise. Segundo QUEIROZ (1987):

Análise significa decompor um texto, fragmentá-lo em seus elementos fundamentais, isto é, separar claramente os diversos componentes, recontá-los, afim de utilizar somente o que é compatível com a síntese que se busca. (p. 5)

Nesse sentido, primeiro realizamos uma síntese das atividades desenvolvidas no assentamento, como as visitas a campo, observação e reconhecimento da área, familiaridade com os acampados e aplicação dos questionários, depois a análise dos dados e a reflexão sobre eles. Buscamos verificar as características da Comuna Irmã Alberta, para ter uma melhor compreensão do todo através de algumas amostras, o que não faz a compreensão total da realidade, mas auxilia para futuros estudos.

As entrevistas foram realizadas de junho a julho de 2017, outras idas a campo que ocorreram no período de agosto de 2015 a junho de 2017 também foram importantes para o reconhecimento do local, o entendimento da história e contato com grupos coletivos que realizam ações no assentamento. Esses coletivos são formados por integrantes do Assentamento e militantes do MST em conjunto com o grupo GAIA, que por sua vez é formado por pesquisadores, estudantes, integrantes de movimentos sociais, ambientais, cooperativas de consumo e outras pessoas interessadas.

Foram realizadas 6 entrevistas² nos diferentes núcleos do assentamento, buscou-se uma heterogeneidade entre os entrevistados para poder compreender quem são as pessoas que compõem o assentamento e quais atividades estão desenvolvendo dentro e fora dele.

² Os entrevistados expressaram seu consentimento livre e esclarecido para participar do estudo e terem seus primeiros nomes revelados.

O foco das entrevistas se deu na composição da família, de onde vieram e quando chegaram ao assentamento; a produção no lote, buscando saber o que plantam, como plantam (sistema de produção), quem realiza as atividades e a comercialização dos produtos; se realizam outras atividades fora do lote e fora do assentamento; quais as relações coletivas desenvolvidas pelos entrevistados na Comuna; e quais as relações com a vizinhança.

O primeiro contato com a Comuna da Terra Irmã Aberta surgiu quando a Professora Sidneide Manfredini comentou sobre o assentamento explicando algumas particularidades, aguçando assim meu interesse em conhecer pessoalmente, já que minha vontade era realizar meu Trabalho de Graduação Individual sobre tem relacionado à agricultura e que envolvesse questões sociais importantes.

A primeira ida ao assentamento foi realizada por iniciativa própria, apenas de passagem pela rua que corta a área da Comuna, com o objetivo de reconhecimento inicial, já que eu não sabia sequer em que parte da cidade estava localizada e como era esse lugar.

Uma visita mais direcionada se deu em agosto de 2015 em companhia da professora Sidneide além de outros colegas que também estavam interessados pela área. Nessa visita pude entrar em contato com duas acampadas, Dona Antonia e Maria, duas mulheres que estiveram na luta por esse assentamento desde a ocupação inicial e estão engajadas na agroecologia e nos assuntos organizacionais do assentamento. Também pude conhecer algumas áreas do assentamento, o que as duas produziam e as suas casas.

A terceira visita, ainda com a ajuda da professora e de alguns colegas, teve um caráter de maior reconhecimento do lugar, da produção e da história de vida da acampada Antonia, moradora do núcleo 1. Também pudemos acompanhar um pouco de suas atividades em sua casa, e até mesmo presenciamos o comércio de alguns produtos de sua própria produção.

As visitas que se seguiram, a maior parte delas realizadas entre junho e outubro de 2016, foram realizadas em companhia de uma colega que também estava realizando seu trabalho de conclusão de curso na área, mas sob outra

perspectiva analítica. Nesse momento o tema deste trabalho já havia sido delineado e as visitas passaram a ser mais direcionadas a responder minhas questões, tendo em vista o desenvolvimento de meu trabalho.

Nessas visitas tive contato com uma das áreas coletivas de produção da Comuna, onde pude observar o que estava sendo cultivado e também saber quem trabalhava naquele espaço, assim como também tive maior contato com o cultivo no lote da Dona Antonia. Assim fui encaminhando meu olhar e realizei a primeira entrevista, que teve um caráter maior de relato, já que ainda não havia desenvolvido um roteiro de perguntas específicas, mas já havia definido que era necessário saber sobre alguns aspectos da história de vida dos acampados e também sobre os sistemas de produção.

Em outra visita, pude ter maior contato com a Maria, moradora do núcleo 2. Ela é uma das lideranças do assentamento, atua em sua organização e milita pelo MST em outros assentamentos. Também tive a oportunidade de uma conversa mais informal buscando saber mais sobre os assuntos que eram do meu interesse para o trabalho, obtive informações sobre sua produção, história de vida e até mesmo acesso aos seus trabalhos acadêmicos de Conclusão de Curso e Aperfeiçoamento³.

Em uma reunião sobre a Comuna Irmã Alberta com os colegas no Departamento de Geografia conheci o Lucas, pessoa engajada em diversos movimentos sociais urbanos e também no campo, como o próprio MST e as cooperativas de consumo. Meu contato com ele foi importante para que pudesse ter contato com outras pessoas, dos coletivos e no próprio assentamento. Por meio do contato dele comecei a participar de mutirões que o GAIA passou a realizar a partir do início de 2017 na Comuna.

Os mutirões foram realizados em alguns lotes dos acampados, principalmente dos mais idosos e com menos condições de trabalho e também em lotes onde o relevo não favorece o plantio, dificultando ainda mais a realização da atividade. Nesses mutirões, as mudas para o plantio são

³ Curso Especial de Licenciatura Plena em Pedagogia da Terra na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e Curso de Especialização/Residência Agrária na Universidade de São Paulo – USP em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF.

compradas em diversos lugares, como CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo e outros produtores da RMSP.



Figura 1 - Horta feita no lote do Sr. Cardoso (núcleo 3) em mutirão realizado em 19 de junho. (Autor: Diego Blum, 2017)

Outros mutirões aconteceram para a melhoria de espaços coletivos no assentamento. Durante os Cursos de Bioconstrução, fizemos reboco de Super Adobe na casa coletiva, que precisava ser ajustada e arrumada, ainda mais depois que foi arrombada e roubada.

I Curso de Bioconstrução da União Campo & Cidade!
20/05 - Sábado
O Acampamento Irmã Alberta, convida todas as pessoas da rede agroecológica e demais interessados para o curso prático de BioConstrução da União Campo & Cidade.
9:00 hs - Reboco de Super Adobe
13:00 hs - Fossa Seca
18:00 hs - Luau Caipira
O curso será gratuito, essencialmente prático onde será implementada estruturas de Bioconstrução no lote coletivo do acampamento. Será ministrado pelos construtores da Ikobê em conjunto com a equipe de assistência técnica agroecológica do acampamento.
Inscrições: eparreh@yahoo.com.br

II Curso de Bioconstrução da União Campo & Cidade!
O Acampamento Irmã Alberta, convida todas as pessoas da rede agroecológica e demais interessados para o curso prático de BioConstrução da União Campo & Cidade.
25/06 - Domingo
-Reboco de Super Adobe
-Fossa Seca
O curso será gratuito, essencialmente prático onde será implementada estruturas de Bioconstrução no lote coletivo do acampamento. Será ministrado pelos construtores da Ikobê em conjunto com a equipe de assistência técnica agroecológica do acampamento.
Inscrições: eparreh@yahoo.com.br

Figura 2 - Folders dos Cursos de Bioconstrução em 2017. (Disponível em: <https://www.facebook.com/uniaocampocidade/>)



Figura 3 - Curso de Bioconstrução – Reboco de Super Adobe. Preparação e uso. (Autor: Mônica Hashimoto, 2017)

Devido à participação nos mutirões e cursos, pude ter contato com outros acampados e também com outras pessoas dos coletivos que estão fazendo o trabalho de escoar a produção do Irmã Alberta para os consumidores. Com o contato feito com o Alexandre do MST e CAUS, pudemos obter as informações sobre quanto os acampados estão recebendo pelos produtos destinados às cestas, caracterizando assim uma parte da aquisição e escoamento dos produtos agrícolas do assentamento.⁴

As outras entrevistas foram realizadas no período de junho e julho de 2017, com um questionário pré-elaborado e discutido com a orientadora Professora Marta Inez. O roteiro de questões foi previamente testado com os acampados Dona Nice e Seu Pocotó, quando surgiram outras questões, que depois foram adicionadas ao questionário final em anexo.

Uma das entrevistas foi realizada após a aproximação e consumo em um bar existente dentro do assentamento, primeiro teve a aproximação, no balcão estava Luciano, depois de uma conversa breve foi perguntado se ele poderia

⁴ Para saber sobre a comercialização das cestas ver o item 4.3

contribuir para a pesquisa respondendo ao questionário, ele então chamou outras pessoas da família para que pudessem ajudar por terem maior conhecimento e vivência no assentamento do que ele. Todas as pessoas da família que vieram ao nosso encontro foram ouvidas.

A aproximação para as outras entrevistas foi realizada no próprio lote dos entrevistados, chegando e conversando, sendo sempre convidada a adentrar em suas casas. Desta forma, foi possível observar o ambiente da moradia e as produções em seus lotes. Essa facilidade provavelmente se deve ao fato de ter tido um contato prévio em outro momento de visita no assentamento.

2 Capítulo I – Fundamentação Teórica

2.1 Transformações socioespaciais no Brasil

No Brasil, durante décadas, a população migrou do campo para a cidade por alguns fatores combinados, como a mecanização do campo, oferta maior de empregos urbanos, a falta de acesso à terra pelos trabalhadores, a concentração de terras nas mãos de fazendeiros e herdeiros, a “Revolução Verde”, principalmente entre os anos de 1950 e 1970, impulsionada pela industrialização do país. No final dos anos 70, o começo do processo de abertura política e depois a abertura do mercado, aliados a um processo de urbanização intenso nos grandes centros, ao aumento da oferta de empregos nas cidades e à redução e precarização dos postos de trabalho no campo, contribuíram ainda mais para a saída da população do campo para a cidade.

A consolidação do modo de produção capitalista provocou mudanças significativas no campo e na cidade, como de produção, mercado, técnica, e também no sentido de uma produção cada vez mais voltada para a obtenção do lucro, com impactos sobre os meios de produzir e sobre a definição de novas formas de exploração dos trabalhadores do campo.

Nesse processo houveram mudanças no trabalho do campo, que ganhou caráter de trabalho temporário, separando-se ainda mais a propriedade da terra dos camponeses, rompendo-se com o espaço em que eles se constituíam. GOLDFARB (2007) aponta que, a partir da década de 1980, a migração no campo passa a ser mais resultante da saída em busca de empregos do que da busca por terras para serem proprietários.

O desenvolvimento socioeconômico nas cidades não acompanhou o crescimento da população, desemprego em alta, precarização do trabalho e falta de acesso à moradia são alguns fatores que impossibilitaram o direito à cidade por parte dos trabalhadores, em sua maior parte residentes nas periferias das cidades. Em meados da década de 1990, a população nas cidades continuou crescendo, mas os empregos ficaram ainda mais escassos. Associada a isso, a desigualdade social crescente nas últimas décadas do século 20 no Brasil e a

falta de acesso à terra urbana e rural foram algumas questões enfrentadas pela população brasileira.

Nesse sentido, de acordo com Raggi:

...a tríade composta pela concentração fundiária, pela superexploração do trabalho e pelo conservadorismo do Estado está diretamente ligada aos fenômenos sociais que motivaram a união de diferentes grupos em todo o Brasil, dando origem, em 1984, ao MST. (RAGGI, 2013)

A autora destaca que o MST luta pela reforma agrária, mas sua luta também está ligada ao urbano quando questiona o modelo de desenvolvimento urbano-industrial adotado no país. A partir dos anos 2000, movimentos sociais urbanos e rurais se uniram em busca de lutar contra a desigualdade social, tanto no campo quanto na cidade, surgindo assim a proposta das Comunas. Esse tipo de assentamento é formado por moradores da cidade, com vivência ou não no campo, e busca manter os laços dos assentados com o urbano, mantendo assim o acesso mais fácil a serviços de saúde, educação e lazer localizados na cidade, assim como os laços sociais já construídos na cidade. Dessa maneira, as localizações das Comunas priorizaram espaços nas franjas urbanas, como as Comunas da Região Metropolitana de São Paulo, a área mais urbanizada do país.

Esse movimento “contrário” de migração, da cidade para o campo, muitas vezes é feito por trabalhadores da cidade desempregados em busca de empregos temporários no campo, associado a épocas de safra de certos produtos agrícolas. Mas também há o movimento da população da cidade para o campo sendo feito devido às dificuldades enfrentadas nos grandes centros urbanos, como a precariedade e a falta de moradia e empregos, o difícil acesso à aparelhos sociais, os longos deslocamentos dentro da cidade entre outros fatores que podem contribuir para despertar o desejo de retorno ao campo ou mesmo de uma vida diferente.

2.2 As relações cidade/campo – urbano/rural

A implantação e difusão do capitalismo e da modernização agrícola em diferentes graus de intensidade no campo brasileiro geraram transformações muito significativas nas interações entre cidade e campo. Nesse item

destacamos a importância de compreender essas interações para a investigação de nosso objeto de estudo.

A proposta das Comunas da Terra tem o caráter de relacionar as problemáticas do campo e da reforma agrária com as da cidade e do urbano e busca mostrar que o acesso à terra seria uma alternativa à precariedade das condições de vida na cidade das populações de baixa renda.

Com base nisso, seguimos a discussão acerca da relação cidade/campo para melhor compreensão da proposta das Comunas, dos assentados e de suas possibilidades. Segundo OLIVEIRA (2004), cidade e campo formam uma unidade contraditória, pois o desenvolvimento desigual da agricultura diminui essas fronteiras, com a presença de trabalhadores assalariados do campo (boias-frias) nas cidades e o surgimento de complexos agroindustriais no campo.

Dessa maneira, campo e cidade se unem, dialeticamente, a partir dos processos de territorialização do capital, no qual a industrialização passa a ser parte de um mesmo processo realizado no campo, com a criação de fábricas de beneficiamento e processamento dos produtos primários, e a expropriação e subordinação dos camponeses.

O capital também recria e redefine as relações camponesas de produção, como aponta OLIVEIRA (2004), quando se instala no campo e passa comandar seu entorno, seja através do arrendamento de terras ou do controle da força de trabalho, exercendo seu domínio econômico através da monopolização do território, sujeitando a renda da terra produzida pelo camponês.

O padrão industrial de desenvolvimento colocou o campo e a atividade agrícola em subordinação à cidade, onde as atividades do campo passam a ser mais uma etapa do processo produtivo e a cidade, o local do desenvolvimento industrial. Dessa maneira, configura-se uma dicotomia entre esses espaços, em que rural e urbano representam novas formas de economia e sociedade, opondo-se à tradicional estrutura agrária, caracterizando o urbano como o progresso e o novo e o rural como atrasado e antigo.

A divisão do trabalho dentro do modo de produção capitalista abriu essa distinção entre campo e cidade e, como aponta MARQUES (2006) para o Brasil:

Na medida em que a legislação trabalhista não se estende ao campo, a cidade a ele se opõe como o espaço da cidadania. Migrar para a cidade passa a representar, então, uma maneira de ampliação das possibilidades de entrar no mundo do direito. Institucionaliza-se uma cidadania excludente. (P. 176)

Essa condição está ligada ao fato de que o modo de vida urbano se tornou predominante e a cidade passou a ser vista como o lugar das oportunidades e das leis, o campo se tornou submisso ao desenvolvimento urbano, assim a busca por direitos trabalhistas teve papel importante para o êxodo rural no Brasil.

A organização social e econômica entre cidade e campo foi sendo determinada pelas forças produtivas e pela divisão do trabalho, especificando o campo como responsável pela produção agrícola e a cidade responsável pelo comércio e serviços.

Algumas correntes teóricas da geografia acreditam que se estabeleceu um *continuum* entre o rural e o urbano, com o desaparecimento do campo como conhecemos, com a modernização da agricultura no país. Para esses autores, o estreitamento das fronteiras dificultaria a delimitação de cada área, não sendo mais possível identificar de forma separada as atividades que as caracterizam, nesse momento surge o apontamento para um “novo rural” brasileiro.

Um desses autores que propõe a noção de “novo rural” é José Graziano da Silva, em seu texto intitulado “O Novo Rural Brasileiro”, ele considera:

(...) pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura – que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno - se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. (SILVA, 1997)

Com isso, o autor quer dizer que estaria em curso um duplo processo de urbanização no campo brasileiro, onde a lógica urbana se sobrepõe sobre o

modo de produzir na agricultura e também sobre as atividades que tradicionalmente caracterizam o modo de vida rural. Dessa maneira, com o desenvolvimento de infraestruturas no campo, Silva aponta para a crescente importância de atividades não agrícolas e da pluriatividade no espaço rural.

Essa reflexão dá forças para o discurso de que algumas regiões do país não necessitariam de Reforma Agrária, devido à alta taxa de urbanização da população e ao fato de o agronegócio atender a demanda de alimentos. Porém, embora a tendência seja a incorporação das relações produtivas e de trabalho à lógica do capital, levando à homogeneização do espaço geográfico, os processos de desenvolvimento são desiguais e combinados, suas contradições demandam considerar suas especificidades.

Podemos considerar que o autor não atentou para a diversidade do campo brasileiro e nem para os contrastes dos processos históricos e do desenvolvimento técnico em cada região do Brasil, pois ainda hoje é possível observar regiões onde o modo de vida rural tradicional se realiza. Por isso discordamos da ideia da urbanização contínua, em que os aspectos urbanos se sobrepõem gradativamente às ruralidades, até que a sociedade se urbanize completamente.

Ainda que reconheçamos a difusão do urbano no campo concretizada pela intensificação da modernização e a reestruturação produtiva, não podemos esquecer que o modo de vida camponês ainda permanece presente, principalmente nas pequenas propriedades rurais, ainda que se altere com o crescimento urbano, tanto no campo como na cidade.

O rural e o urbano são as representações espaciais definidas por alguns aspectos como o tipo de atividade exercida e as delimitações político-administrativa, cidade e campo são a materialização no espaço das práticas sociais e, embora o modo capitalista de produção tenha desenvolvido e expandido de maneira desenfreada o modo de vida urbano, não é possível afirmar que o rural tenha desaparecido, pois as transformações em ambos os espaços foram muito profundas e contribuíram para a intensificação e estreitamento de suas relações, dialéticas e contraditórias.

Devemos pensar a relação cidade-campo também quanto à titularidade da terra, a apropriação das terras das Comunas se dá por meio do instituto da concessão de uso real, que prevê o direito à hereditariedade e sem a possibilidade de venda da terra por parte do beneficiário, para GOLDFARB (2005):

Essa questão é mais relevante do que pode parecer num primeiro momento, pois os assentamentos, ao serem formados por lotes impassíveis de venda, constituem-se como um bloqueio à reprodução da cidade como negócio (p. 6155)

Resta saber se essas áreas conseguirão manter sua unidade diante das especulações imobiliárias. Como iremos explicar mais adiante no estudo de caso, a Comuna Irmã Alberta já está sofrendo com essa especulação, já que tudo indica que a parte mais valorizada comercialmente da área do assentamento será retirada de seus limites.

Não podemos mais distinguir campo e cidade apenas pelas atividades que são exercidas em cada espaço como eram tradicionalmente definidos, campo e cidade são realidades geográficas distintas, e devemos ter novas leituras sobre suas definições socioespaciais.

Se não há uma separação absoluta entre o rural e o urbano, com a intensificação de suas relações, as contradições entre classes e as desigualdades sociais se mostram ainda mais pronunciadas, não somente no âmbito do urbano, mas de maneira mais permanente também no rural. A reivindicação do direito à terra (tanto urbana quanto rural) e a luta dos movimentos sociais aparecem como uma tentativa de modificar os padrões estabelecidos pela economia de acumulação capitalista.

Cada realidade deve ser analisada em sua particularidade e contextualizada em relação à realidade mais ampla. Os assentamentos rurais trazem características específicas na sua condição espacial que decorrem de suas especificidades históricas e das relações sociais que lhes são constitutivas, mas devemos olhar a Comuna Irmã Alberta no contexto da relação cidade-campo e para além da sua aproximação espacial com o urbano.

Com essa discussão, buscamos compreender quais são as implicações, facilidades e dificuldades que um assentamento rural em meio a um eixo urbanizado e dominado pelo capital tem a enfrentar e transpor para que possa garantir o direito à terra e a permanência dos acampados nesse espaço.

Não é possível avançar na discussão da relação entre o campo e a cidade seguindo apenas a dimensão econômica, ou cultural, ou social isoladamente. É necessário considerar que essas dimensões sofreram transformações de forma combinada ao longo do tempo.

A classe trabalhadora, tanto rural como urbana, foi moldada dentro do espaço-tempo definido pela relação campo/cidade, por meio de diversos processos históricos, econômicos e culturais. A consideração dessa relação será sempre necessária para compreender a produção social da sociedade.

2.3 Reprodução social

As lutas no campo caminham junto com a questão agrária e sua contradição no capitalismo, assim ressaltamos a necessidade da resistência dos trabalhadores para se reproduzirem econômica e socialmente no campo.

Para compreender como está se dando a reprodução dos assentados, é preciso compreender também que a luta pela terra e a permanência nela estão contidas nesse processo, para isso os sujeitos atuantes constroem novas estratégias que possam garantir sua existência. Nesse contexto, para FERNANDES (1998), a terra é o espaço de luta onde se realizam os processos sociais, assim os assentamentos e suas diferentes dimensões de relações podem ser compreendidos como processos socioespaciais e onde se expressam os interesses de classe.

Segundo KATZ (2001, apud MARQUES, 2006: 181):

A reprodução social da classe trabalhadora está relacionada à reprodução biológica da força de trabalho, em bases cotidianas e através de gerações, por meio da aquisição e distribuição dos meios de existência incluindo comida, abrigo, vestimenta e cuidados com a saúde. A reprodução social diz respeito a como nós vivemos no e fora do trabalho e é constituída pela confusa e, muitas vezes, indeterminada matéria da vida cotidiana. (p. 711)

As práticas cotidianas no território efetivam a reprodução social dos trabalhadores, que, no caso dos acampados estudados, se organizam a partir do trabalho familiar para assegurar essa reprodução como um contraponto aos modos de exploração e da força coletiva de trabalho sob a existência de desigualdades sociais que os coloca numa posição de subordinação.

Em seu doutorado, MARQUES (2000) expõe que os sem-terra são trabalhadores pobres do campo e da cidade, esses fazem parte das classes subalternas e têm o seu processo produtivo subordinado ao capital e suas condições de trabalho são, de maneira geral, muito instáveis.

Muitas são as estratégias de reprodução social e, no caso dos trabalhadores rurais, podemos também observar que nem sempre a reprodução social está somente associada ao trabalho na terra, também há famílias que se articulam o trabalho ora no campo ora na cidade.

O que observamos é que, com a instabilidade do trabalho no campo na conjuntura atual do país e no caso da Comuna da Terra, muito próximas aos centros urbanos, com sujeitos com pouca ou nenhuma experiência com a lavoura e com a falta ou dificuldade de acesso as linhas de crédito, o trabalho externo seria uma necessidade estrutural, além de outras fontes de renda fora da terra. Para muitas famílias o trabalho externo pode ser indispensável para sua reprodução e de sua unidade familiar.

Por isso é necessário compreender o que desencadeia o desequilíbrio na geração de renda no campo, em que, ora a reprodução do estabelecimento familiar se faz sem necessidade do trabalho externo, ora se faz dependente deste trabalho.

O vínculo com o trabalho e com a produção agrícola é uma das diretrizes da proposta da Comuna da Terra, o objetivo disso é uma estratégia de sobrevivência para que as famílias não dependam totalmente do mercado e possam realizar o autoconsumo. Para que isso ocorra é necessário criar condições de produção, comercialização e organização. A conquista da terra é apenas o primeiro passo e se configura como um processo político territorial

necessário como forma de luta popular e em contraposição ao modelo agrícola vigente.

Em campo, pudemos observar que nem todos os lotes da Comuna Irmã Alberta possuem atividade agrícola significativa, muitos possuem apenas alguns pés de mandioca e poucas pessoas da família trabalham na terra, muitos por falta de interesse e outros por não verem nessa atividade uma maneira rápida e eficiente de obterem renda. Um acampado, relatou durante a entrevista que algumas famílias, assim como a dele, apenas plantam porque seria uma exigência para a permanência no lote e no assentamento.

Então surge o questionamento sobre quais condições estão sendo criadas para que os acampados dessa Comuna possam assegurar a sua reprodução enquanto produtores rurais, já que no Irmã Alberta não há disponibilidade dos fomentos necessários que poderiam contribuir nessa questão e muitas famílias não possuem condições econômicas para investir em sua produção.

Assim, podemos considerar que a inserção das famílias na Comuna da Terra apresenta ganhos significativos quanto ao acesso à moradia e à obtenção de seus meios de vida, mas ainda está longe de permitir que as famílias sejam incluídas socialmente e tenham seus direitos básicos garantidos. A maior parte dos acampados entrevistados tem outra fonte de renda além da produção agrícola, uma parte deles recebe pensão ou aposentadoria e/ou trabalha em serviços externos, em grande parte na cidade.

2.4 Os sistemas de produção

O objetivo do estudo dos sistemas de produção da Comuna da Terra Irmã Alberta se faz para ter uma compreensão de como estão sendo realizadas as atividades agrícolas, em busca de saber sobre a viabilidade destas para a reprodução das famílias acampadas enquanto produtores rurais.

Segundo DUFUMIER (2007, apud MAZOYER & MIGUEL, 2009):

Sistema de Produção (farming system / système de production): é a combinação de sistema(s) de cultivo e/ou sistema (s) de criação dentro dos limites autorizados pelos fatores de produção de que uma unidade de produção agrícola dispõe (disponibilidade de força

de trabalho, conhecimento técnico, superfície agrícola, equipamentos, capital, etc.). Integra igualmente as atividades de transformação e conservação de produtos animais, vegetais e florestais realizados dentro dos limites da unidade de produção agrícola (p. 24)

Esse conceito é utilizado para abranger uma escala micro, objetivo desse trabalho, a fim de caracterizar e descrever os processos produtivos e técnicos para analisar as atividades das unidades de produção agrícola e seu funcionamento (MAZOYER & MIGUEL, 2009).

Para MARQUES (2000):

Entende-se como sistema de produção o arranjo dos diferentes elementos da unidade produtiva no espaço e no tempo, incluindo-se aí atividades não agrícolas como artesanato. O sistema agrícola tal como definido tradicionalmente pela geografia é, portanto, parte integrante do sistema de produção. (p. 170)

Essa abordagem possibilita uma visão mais ampla do processo de produção das famílias, assim buscamos verificar as esferas que envolvem não somente a produção agrícola, como também suas relações sociais no espaço e com outros sujeitos, contextualizando os processos históricos.

Através dos Sistemas Agrários podemos analisar e observar o produto das relações de uma sociedade rural com seu meio, em dado momento e território, definindo a agricultura da maneira como ela é realizada, caracterizando seus sistemas de produção, que podem ser diversos dentro de um mesmo sistema agrário.

Os Sistemas Agrários se constituem segundo a maneira como o meio é explorado pelo trabalho agrícola, bem como as transformações observadas no espaço-tempo, além de componentes sociais e políticos, as relações de trabalho, a questão fundiária

Na agricultura os sistemas de produção têm o seu desenvolvimento subordinado à economia capitalista e ao modelo agrícola dominante, a Comuna da Terra visa quebrar a dependência dos trabalhadores assentados em relação a esse sistema com o uso de técnicas baseadas na agroecologia e agricultura orgânica.

Considerando a produção, o projeto de Comuna da Terra prevê a realização de cultivos não convencionais pautados na conservação da natureza baseando-se na agroecologia e na busca de viabilidade para as famílias em termos econômicos e sociais, aproveitando recursos e saberes locais, procurando contribuir para a Reforma Agrária sob uma outra perspectiva.

Na Comuna Irmã Alberta as famílias ainda não tiveram acesso às linhas créditos oferecidos pelo Estado aos assentados da reforma agrária, devido ao impasse jurídico do INCRA com a SABESP para a aquisição do imóvel⁵. A falta de acesso ao crédito pode inviabilizar o projeto do assentamento, pois muitas famílias não possuem renda para sequer começar uma produção que não seja somente para o autoconsumo.

Para fim de caracterização dos sistemas de produção na Comuna Irmã Alberta foram realizadas entrevistas semiestruturadas, orientadas por um roteiro contendo algumas variáveis estabelecidas para essa investigação. Essas são: a família, caracterizando quem são as pessoas que a compõe, e suas histórias de vida; as atividades agrícolas na unidade familiar e no assentamento em geral, buscando caracterizar os sistemas de produção do plantio à comercialização, perpassando pelas dificuldades enfrentadas; as atividades realizadas fora do assentamento, buscando saber se existe renda gerada por outras atividades; e as relações coletivas, tanto dentro como fora do assentamento.

⁵ Discorreremos melhor sobre esse tema no item 2.2 do trabalho.

3 Capítulo II – Histórico da Área de Estudo

3.1 A proposta da Comuna da Terra do MST – Contextualização

A Comuna da Terra é uma proposta de assentamento desenvolvida pelo MST, adotada a partir de 2001, que busca a prática de uma agricultura diferente da convencional, promovendo atividades produtivas aliadas à conservação dos recursos naturais, para a produção de subsistência e produção de produtos de qualidade para o mercado, em espaços reduzidos nas franjas de expansão urbana de grandes cidades, para que pessoas tanto da cidade quanto do campo possam ter um pedaço de terra e ter participação ativa na Reforma Agrária Popular. (MATHEUS, 2017; RAGGI, 2014; GOLDFARB, 2007; CATARUCCI, 2014)

Esse é um projeto diferente de assentamento, pois faz o diálogo das populações do campo e da cidade, busca uma nova matriz produtiva diferente do modelo vigente e teve como primeiro objetivo massificar a luta pela Reforma Agrária. Para MATHEUS (2017), a Reforma Agrária deve ser “um meio de resistência e um permanente combate ao atual modelo e, ao mesmo tempo, ser uma alternativa viável aos trabalhadores na construção de um novo projeto econômico e social”.

Nesse sentido, a discussão se deu devido às dificuldades enfrentadas nos assentamentos já existentes e à necessidade de novos modelos e estratégias que garantam a continuidade da luta pela terra buscando ampliar as discussões sobre a reforma agrária compreendendo a ligação da questão urbana a tal problemática.

Com o avanço do agronegócio sobre as pequenas propriedades, a população rural passa a servir como mão de obra barata para as grandes empresas e corporações, aumentando a concentração de terras. Isso ocorre muitas vezes com a mecanização do campo e, como consequência, têm o incremento do êxodo rural e da precarização do trabalho no campo.

Segundo MATHEUS (2017), o Modelo Capitalista do Agronegócio tem sua produção baseada na grande propriedade com a exploração da monocultura para exportação, com o consentimento do governo e das grandes empresas.

Esse modelo norteia o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura brasileira para novas ruralidades, privilegiando as grandes propriedades de terra e os grandes proprietários rurais e buscando integrar o camponês à economia capitalista, subordinando sua produção ao mercado, relativizando os conflitos, expropriando o camponês e, assim dificultando a realização da reforma agrária.

Em busca de novas concepções de luta pela Reforma Agrária e com o objetivo de massificá-la, o MST dialogou com movimentos sociais urbanos, como o Fraternidade do Povo da Rua, membros da CPT – Comissão Pastoral da Terra e das Comunidades Eclesiais de Base (GOLDFARB, 2007) que desenvolviam trabalhos sociais com a população de rua no centro de São Paulo, tornando o movimento uma alternativa a essas populações com a possibilidade de geração de renda além de moradia. O trabalho de base também começou a ser feito com moradores da periferia, pensando no processo de segregação socioespacial existente nos grandes centros urbanos.

A proposta da Comuna também tem o intuito de levar a luta pela terra aos trabalhadores das cidades e são constituídas, em grande parte, por famílias que provêm de centros urbanos. GOLDFARB (2007) discorre sobre as Comunas da Terra existentes no Estado de São Paulo, todas próximas à grandes aglomerados urbanos:

Hoje, as Comunas da Terra já são sete assentamentos além de diversos acampamentos e se distribuem da seguinte forma: Assentamento Dom Tomás Balduino em Franco da Rocha, Assentamento Dom Pedro Casaldáliga em Cajamar, Acampamento Irmã Alberta em Perus, no município de São Paulo e Acampamento Che Guevara em Franco da Rocha, todos estes ligados à Regional Grande São Paulo do MST. Assentamento Milton Santos em Americana, ligado à Regional de Campinas. Localizam-se portanto, próximos a grandes centros urbanos como São Paulo, Ribeirão Preto, Campinas, e São José dos Campos, cidades que [...] fazem parte do conjunto de municípios com maior população no Estado de São Paulo. (p 5).

Outro aspecto dessa forma de assentamento é a busca pela organização coletiva dos assentados e pela constituição de uma infraestrutura social. Para isso são criados espaços de uso coletivo, não somente para a produção como o lote coletivo, como também com aparelhos que garantam a sociabilidade como campo de futebol, escola, etc, além da promoção de cursos nas áreas de produção e beneficiamento. Tendo em vista o lote coletivo, a extensão das áreas

individuais das Comunas também segue outro padrão, os lotes são menores do que os de outros assentamentos, enquanto que em um assentamento tradicional as famílias recebem 16 hectares em média⁶, nas Comunas as famílias recebem de 1 a 10 hectares.

A proposta de Comuna da Terra estabelece que os assentados possam gerar sua economia através das atividades desenvolvidas internamente dependendo o mínimo de renda externa, priorizando a produção de alimentos e o beneficiamento em pequenas agroindústrias e comercialização direta sem a necessidade de intermediários, agregando valor à produção excedente para o comércio, dependendo o mínimo possível do mercado capitalista. Devido à sua localização, esses assentamentos criariam condições para viabilizar o trabalho agrícola para famílias que quisessem retornar ao campo após migração para a cidade, mas que não queriam perder o vínculo de proximidade dos centros urbanos.

A Comuna da Terra é um espaço de resistência dos trabalhadores, a proposta se fundamenta em 5 elementos base:

(...) o vínculo das pessoas com o trabalho, a propriedade social da terra, a produção de alimentos saudáveis, utilizando práticas agroecológicas, a cooperação em diversos aspectos e o desenvolvimento das questões sociais básicas. (MATHEUS, 2017)

A organização da Comuna é feita por meio de núcleos⁷, que têm caráter sociabilizador e também organizacional. Nesses núcleos de famílias alguns assentados se tornam os coordenadores dos setores de produção, saúde, educação, cultura, comunicação etc. A divisão em setores garante a possibilidade dos assentados se organizarem para futuras reivindicações assim como o encaminhamento das demandas imediatas da Comuna relacionadas a trabalho, moradia, alimentação e possibilidade de renda.

Quanto à forma de acesso à terra, esse projeto prevê que a Concessão Real de Uso, garantindo o usufruto da família assentada, sendo a propriedade comunal em nome de um coletivo (associação ou cooperativa) ao invés da posse

⁶ Média de hectares recebido pelas famílias nos assentamentos no Estado de São Paulo (Matheus, 2017).

⁷ Ver Mapa 3.

individual e a titularidade da propriedade da terra, inviabilizando a venda dos lotes e impedindo a especulação imobiliária já que a terra se torna propriedade do Estado, garantindo o cumprimento de sua função social.

Sobre os esforços para a implantação da proposta de Comuna da Terra no Estado de São Paulo, GOLDFARB (2007) destaca que:

Para poder viabilizar a demanda por parte do MST em criar as Comunas da Terra, o INCRA de São Paulo utilizou-se do PDS, Projeto de Desenvolvimento Sustentável, uma modalidade de assentamento elaborado a partir das experiências das Reservas Extrativistas da Amazônia. O PDS foi criado pelo INCRA, através da portaria nº 477 de 04 de novembro de 1999, para poder assentar pessoas que não constituem uma comunidade tradicional, em áreas relevantes para o meio ambiente, como remanescentes de mata atlântica, áreas da Amazônia ou do cerrado. (p.19)

A proposta da Comuna da Terra tem inspiração no PDS - Projeto de Assentamento de Desenvolvimento Sustentável, que abarca modalidades de assentamentos que visam uma nova estratégia de reforma agrária na região amazônica a partir das Reservas Extrativistas. Dentre as principais características do PDS estão a adoção de atividades de baixo impacto ambiental; o apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias e práticas ambientais sustentáveis; o atendimento à legislação ambiental, recompondo o potencial original das áreas do assentamento; o domínio público das terras destinadas ao projeto e cedidas por meio concessão de uso em regime comunal às famílias assentadas. Os sistemas adotados na agricultura representam uma alternativa à monocultura e ao latifúndio.

Na região Sudeste, o PDS teve uma adaptação às áreas antropizadas para a melhoria dos recursos hídricos e a recuperação do solo, além disso, segundo GOLDFARB (2007):

Diversas razões fizeram com que o INCRA escolhesse essa modalidade como forma de viabilizar as Comunas da Terra. A primeira razão é que o PDS não prevê a titulação individual da terra, o que além de atender a demanda do MST, ajuda na resistência dessas áreas frente à especulação imobiliária urbana, muito presente nas regiões que circundam os grandes centros urbanos. Criar assentamentos convencionais próximos aos grandes centros urbanos e, portanto, sujeitos à especulação imobiliária, provavelmente facilitaria o processo de reconcentração das terras. (p. 21)

Nesse sentido, é necessário compreender a convergência da proposta do PDS com os interesses da Comuna para que a implementação do projeto

obedeça também aos interesses das famílias assentadas, que diferem do tipo de assentamento da proposta original dos PDS's.

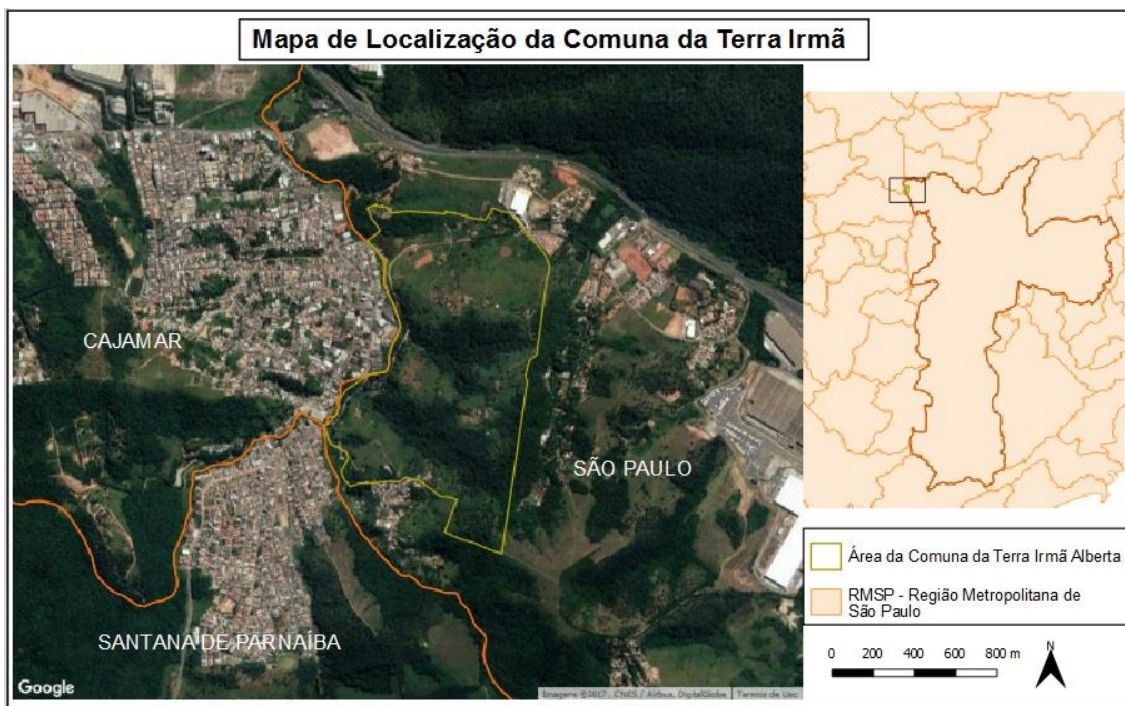
Segundo GOLDFARB (2007):

(..) o PDS é utilizado pelo INCRA como forma de atender à demanda do Movimento de não titulação da terra. Ao mesmo tempo, é a maneira de viabilizar o assentamento em áreas de grande especulação imobiliária, nas quais as famílias poderiam ser compelidas mais facilmente a vender seus lotes. Assim, ocorre uma convergência na visão do INCRA e do MST com relação à necessidade da Concessão Real de Uso para se evitar a venda dos lotes, dada a forte especulação imobiliária existente nessas áreas. A figura jurídica do PDS introduz a questão de a concessão ser coletiva, isto é, no nome de uma associação ou cooperativa, pois o tipo de uso que se faz da terra na Amazônia, região para a qual o PDS foi criado, em especial pelas comunidades extrativistas não é parcelado em lotes. (p. 23)

Ainda segundo a autora, o PDS considera a área do assentamento como um todo, e não em lotes individuais, e também o uso comum nas áreas coletivas. Acontece que nem sempre as famílias estão dispostas a realizar as atividades coletivas, apesar de ser uma diretriz da proposta da Comuna da Terra, o que dificultaria a aceitação por parte de algumas famílias a esse tipo de titulação. Essa questão exige do MST maior envolvimento com as famílias das Comunas para esclarecimento das exigências dessa proposta.

3.2 A Comuna Irmã Alberta

Em 20 de julho de 2002, famílias mobilizadas pela Frente de Massa do MST em conjunto com a Fraternidade Povo de Rua da cidade de São Paulo, ocuparam uma área da Sabesp conhecida como Fazenda Ithayê, localizada no km 27,5 da Rodovia Anhanguera, no Bairro de Perus, dentro do município de São Paulo, fazendo divisa com os municípios de Cajamar e Santana de Parnaíba. (GOLDFARB, 2007; RAGGI, 2013; CATARUCCI, 2014)



Mapa 1 - Localização da Comuna da Terra Irmã Alberta na RMSP. (Elaborado pela autora, 2017)

Antes da ocupação um terreno conhecido como Chácara Maria Trindade estava sendo pleiteado para a criação de um novo lixão no distrito de Perus e a Fazenda Ithayê serviria para a disposição final de lodos de Estações de Tratamento de Efluentes – ETEs, ocasião em que ambos os terrenos passaram a pertencer a SABESP em 1998 (RAGGI, 2014). Mas esses projetos para o local foram refutados pelos moradores pois poderiam trazer transtornos para o entorno. Neste contexto, o MST também se mobilizou sobre essa questão e juntou pessoas que estavam interessadas nas ocupações de terra.

Na fazenda Ithayê, havia a produção de leite até os anos 1960, quando foi desativada (CATARUCCI, 2014). Após esse período, a plantação de Eucalipto foi a principal atividade desenvolvida na fazenda, porém ela estava subutilizada desde a desapropriação por parte da SABESP.

A Comuna Irmã Alberta está localizada em uma área de expansão industrial da cidade à beira da via Anhanguera, que é uma importante via de escoamento e onde existem várias empresas instaladas. Portanto, a área tem sido alvo de especulação imobiliária e tem abrigado diversas empresas, inclusive uma localizada vizinha à Comuna, a Kaper papel.

Essa situação dificulta a regularização do assentamento e a destinação da área para a Reforma Agrária pelo INCRA. O assentamento ainda é considerado um acampamento devido ao impasse quanto à aquisição do terreno da Sabesp pelo INCRA, segundo RAGGI (2014):

Havia uma situação de conflito entre o INCRA e a SABESP; apesar de se constituírem em instâncias do Estado tendo o mesmo objetivo de fazer o melhor uso dos recursos públicos, ambas as instituições apresentavam diferentes interesses setoriais - enquanto o INCRA estipulava importâncias indenizatórias fundadas em valores de terra rural calculados por hectares, a SABESP buscava a preservação de seu patrimônio, reivindicando o pagamento pela terra em valores de terra urbana calculados por metro quadrado. (p. 71)

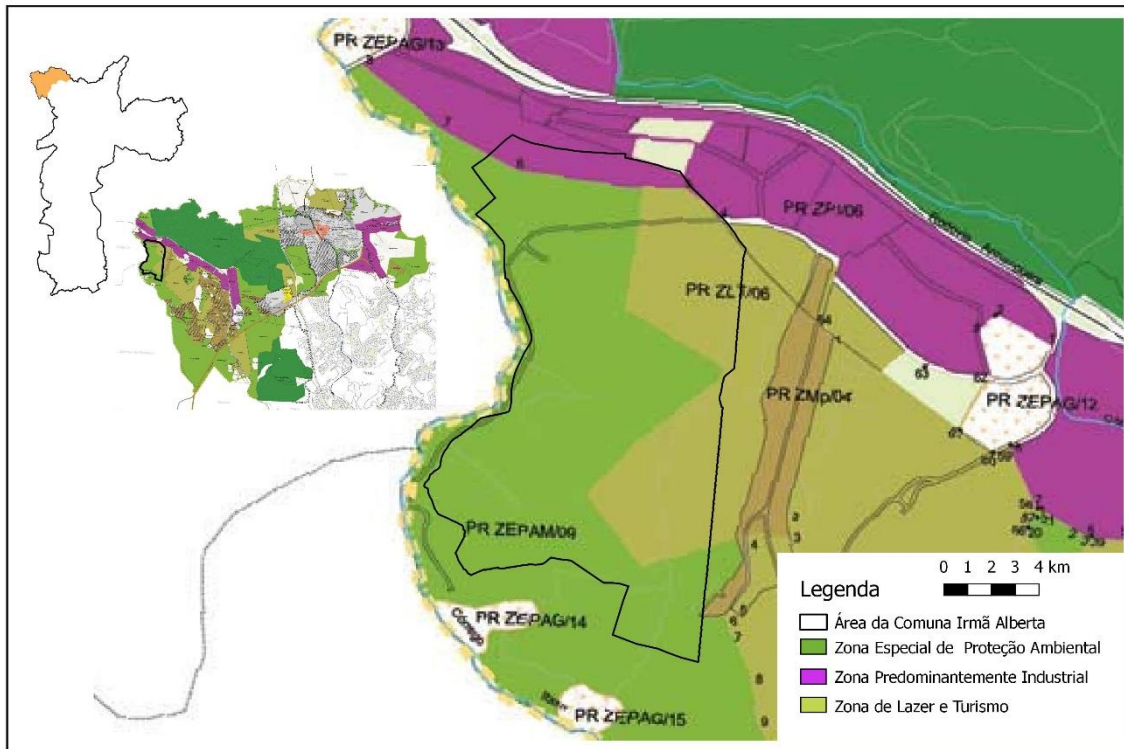
Segundo a Ata da Reunião do coletivo GAIA – Grupo de Apoio ao Irmã Alberta em 05 de abril de 2017, há interesse privado na aquisição do núcleo 1⁸, essa área estaria fora da negociação com a SABESP justamente porque uma empresa privada tem o interesse na compra⁹, e na negociação uma parte dessa área seria doada ao MST, mas a negociação estaria parada. Além disso, alguns lotes estão localizados em Área de Proteção Ambiental, grande parte da área do assentamento incide sobre a Zona Especial de Proteção Ambiental – ZEPAM do Plano Regional Estratégico de Perus de 2004 (Mapa 2).

Uma parte da área do núcleo 1 é definida como Zona Predominantemente Industrial no Plano Diretor Estratégico da Subprefeitura de Perus (Mapa 2). É onde está localizado o núcleo 1 do assentamento, uma das áreas com relevo mais plano, cortada pela estrada que liga a Rodovia Anhanguera aos bairros de Cajamar e próxima a um curso d'água.

Até o momento de finalização desta pesquisa não foram obtidas informações mais claras sobre o andamento das negociações em torno da terra. Os acampados entrevistados contatos não sabiam explicar como estavam os encaminhamentos dessa questão, e também não conseguimos ter acesso a nenhum documento a esse respeito, mesmo entrando em contato diretamente com o INCRA, que não retornou resposta.

⁸ No total a Comuna Irmã Alberta possui 4 núcleos. Consultar Mapa 3.

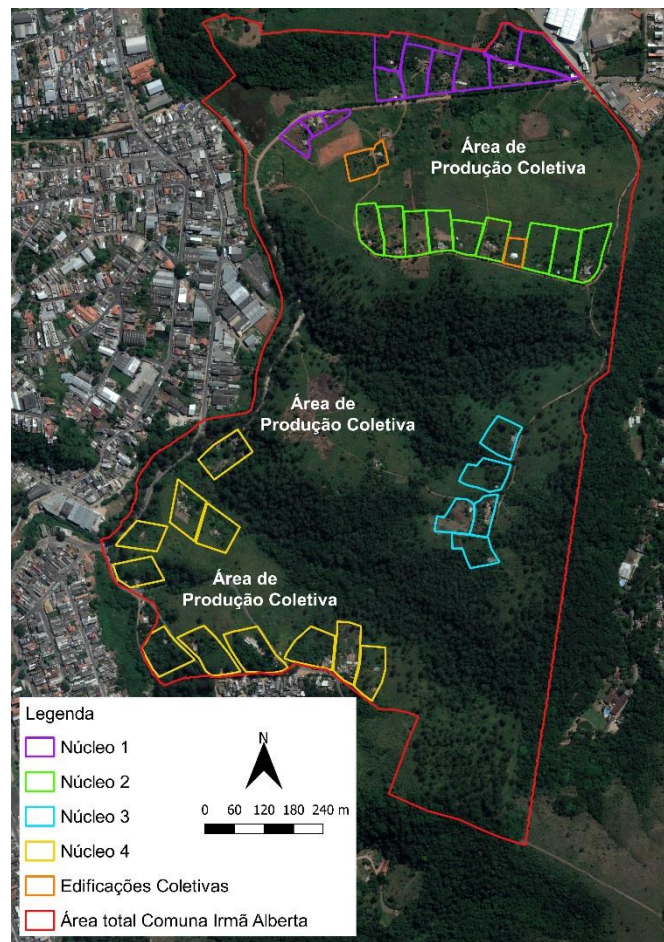
⁹ Essa empresa compraria essa área da SABESP, não obtivemos maiores informações sobre a empresa que compraria e nem para qual fim seria utilizada a área.



Mapa 2 - Incidência do Zoneamento de Uso do Solo sobre área da Comuna Irmã Alberta (Adaptado de: Plano Regional Estratégico da Subprefeitura de Perus, 2004. Elaborado pela autora, 2017)

No início da ocupação, eram em média 200 famílias acampadas, que ficaram aglomeradas devido o espaço ser reduzido. Com a continuação da luta pelo MST, outras áreas foram ocupadas para a instalação de novas Comunas na região metropolitana de São Paulo e algumas famílias que estavam no Irmã Alberta foram encaminhadas para essas novas Comunas.

Atualmente, com cerca de 40 famílias, a Comuna Irmã Alberta está dividida em 4 núcleos (Mapa 3) que se distribuem por toda a extensão da área e integram todas as famílias. Cada núcleo é constituído por mais ou menos 10 famílias distribuídas em lotes individuais de 5.000m². Na área das comunas há também os espaços coletivos, com cerca de 10.000m² totais, onde as famílias podem desenvolver plantio próprio ou em conjunto com outros acampados.



Mapa 3 - Distribuição dos Núcleos e dos lotes (Elaboração: Ana Lígia Guerra, 2017)

O parcelamento da terra em núcleos foi realizado pelos próprios acampados em 2007, já que o impasse jurídico impossibilita a criação do assentamento e dessa maneira a criação de condições necessárias que garantam moradia definitiva e geração de renda. Na condição inicial de acampadas, as famílias tinham acesso a uma pequena área e espaço reduzido para o desenvolvimento das atividades.

Segundo CATARUCCI (2014):

(...) no processo de estabelecimento da Comuna da Terra “Irmã Alberta” o grupo estipulou critérios diferenciados na divisão dos lotes, em virtude da fertilidade das terras, a fim de garantir maior igualdade social e acesso à terra. Dessa forma, adotou-se o seguinte critério: 1 $\frac{1}{2}$ hectares para terras consideradas mais férteis e até 5 hectares para as terras consideradas não férteis para cada família, conforme avaliação de um técnico agrônomo enviado pelo MST, segundo o grau de produtividade da terra. (p. 274)

Em campo, pudemos observar o solo pobre da área, muito arenoso e seco, principalmente nas áreas mais íngremes onde o efeito da erosão

desencadeada devido ao histórico de pisoteio de gado e plantio de Eucalipto é muito visível na paisagem do assentamento.

Em busca da ocupação total da área, os núcleos ficaram um pouco distantes entre si, dificultando o contato entre eles, ainda mais considerando o relevo íngreme, que forma uma barreira natural entre os núcleos (Figura 4). Além disso, em dias de chuvas é muito difícil de rodar em algumas ruas do assentamento que encharcam e viram grandes atoleiros. Pode presenciar por duas vezes carros atolando nas íngremes subidas dos morros.

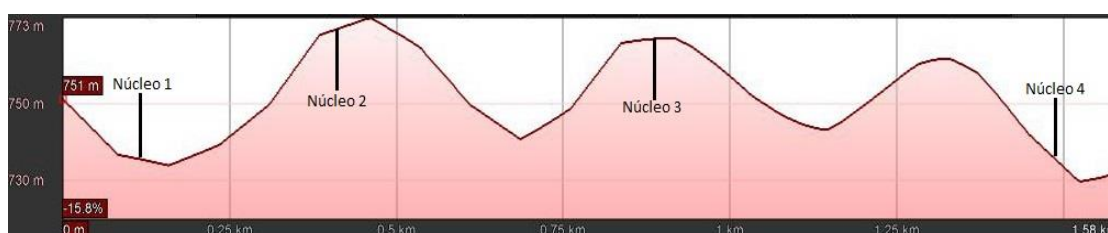


Figura 4 - Perfil do relevo da Comuna Irmã Alberta e a disposição dos núcleos (Modificado de Google Earth. Elaboração própria, 2017)

No momento, há a possibilidade de reorganização dos lotes devido à possível perda de parte do núcleo 1, o que deixa a situação ainda mais difícil devido às incertezas quanto a permanência das famílias na área.

Esse capítulo buscou contar o histórico da formulação e da realização da Comuna da Terra como projeto e, em específico, o histórico da Comuna da Terra Irmã Alberta, pois é necessário considerar a dimensão histórica dos assentamentos, como destaca FERNANDES (1998):

Nela estão contidas as relações que o assentamento em questão possui com outras lutas dos diversos movimentos sociais.... É preciso situá-lo nesse contexto histórico, em que o mesmo é parte de uma luta maior. (p. 121)

4 CAPÍTULO III - Análise dos Sistemas de Produção

4.1 Organização do assentamento: a família, o lote e a área

Em linhas gerais, pudemos observar que os moradores da Comuna Irmã Alberta são em grande parte idosos (60 anos ou mais) que recebem aposentadoria ou pensão. Dentre os entrevistados apenas em um lote não havia pessoas com mais de 60 anos. Alguns moram sozinhos, outros com a família. Em dois dos lotes entrevistados moram avó, avô, filhos, netos, irmãos e primos. Há um caso em que uma acampada morava sozinha no lote e hoje tem um agregado em uma outra casa construída no mesmo lote.

Os lotes possuem praticamente a mesma metragem, sendo que o que muda é a disposição do relevo onde o lote se localiza e a disposição na área.

A estrutura das casas varia, algumas são construções de madeira (madeirite), algumas combinam madeirite e alvenaria. Duas das casas dos entrevistados eram inteiras de alvenaria, somente uma delas possui piso e azulejo. Possuem energia elétrica que os próprios acampados distribuíram entre os lotes através de ligações clandestinas, mas alguns acampados reclamaram que à noite tem faltado luz e que em alguns núcleos (no caso os mais afastados da estrada principal) costumam ficar dias sem luz ¹⁰

O abastecimento de água vem dos poços e das caixas d'água. A área não tem estrutura de encanamento, a água do poço é usada, no geral, para regar as plantas e para os animais. As caixas d'água abastecem a casa.

As áreas correspondentes aos lotes são cercadas com arame farpado, os lotes foram delimitados pelos próprios acampados em conjunto com as coordenadas do assentamento em 2007. Depois de 5 anos de acampamento e sem a regularização do assentamento, a necessidade de moradia digna culminou para uma organização interna e autônoma, mostrando a resistência e a coesão enquanto grupo desses acampados. Apesar disso, alguns acampados demonstraram insatisfação quanto à organização no local. O acampado Diogo

¹⁰ As ligações de energia são clandestinas, puxadas do bairro vizinho que também costuma ficar sem luz. Na rua principal da Comuna há postes de luz, já que ali é um local de passagem que liga os bairros Chácara Maria Trindade, em São Paulo aos bairros em Cajamar e Santana de Parnaíba.

relatou que não se sente muito integrado ao grupo, apesar de saber das atividades coletivas que são realizadas, das quais muitas vezes não participa.

O parcelamento do assentamento foi importante para os acampados sentirem que estavam em casa, que aquele pedaço de terra efetivamente era deles, mas ao mesmo tempo, devido ao relevo da área, causou um distanciamento físico dos lotes e também das áreas coletivas. Pudemos ver nas entrevistas que poucos são os acampados que utilizam a área coletiva ou mesmo que participam das atividades desenvolvidas ali. Além do distanciamento físico de alguns núcleos dessas áreas, isso também ocorre porque as famílias têm dificuldade para começar o plantio devido à falta de condições financeiras, como o acesso a linhas de crédito e também por algumas áreas não possuírem condições boas de solo para o plantio.

Outra fala presente nos relatos dos acampados é quanto à falta de união. Quando perguntados sobre o que poderia melhorar em relação as atividades coletivas, Dona Nice e o Sr. Pocotó disseram que seria a participação de mais acampados nas atividades e reuniões, e comentaram que falta consciência da luta a muitos que moram ali, principalmente os jovens. Isso também esteve presente nas falas de outros acampados. Isso pode estar acontecendo devido ao fato de o MST ter estado distante do assentamento por muito tempo, já que a regularização ainda não se consolidou. Essa persistente condição de indefinição contribui para as dificuldades de organização do assentamento e para o distanciamento do MST, algo que, por sua vez, também pode contribuir ainda mais para a não regularização.

Com já citado, uma das falas muito presente em quase todas as entrevistas foi que os jovens da Comuna não têm muito interesse nas atividades agrícolas e nem nas atividades organizacionais do assentamento. Esse fato é importante de ser compreendido pois uma das maneiras de garantir a permanência na terra é por meio de sua utilização para atividades agrícolas. A permanência também depende da criação da consciência do coletivo e da necessária luta pela Reforma Agrária, algo que pareceu meio precário na formação dos jovens que moram ali, mesmo que tenham feito cursos de

agroecologia no passado, como relatou Diogo que relaciona o problema com a falta de organização dentro do próprio assentamento.

Em geral, a família participa das atividades agrícolas em seus lotes, mas muitas produções são tocadas somente pelos idosos. Estes, na maioria dos casos, já tinham experiência anterior na terra, já que muitos são migrantes nordestinos advindos do campo para a cidade, na busca de mudar sua condição de vida.

Dessa maneira, pudemos observar que o trabalho exclusivo no lote não tem garantido a sobrevivência das famílias. Além dos idosos já não terem muita força de trabalho e dos jovens não terem muito interesse, uma boa parte dos jovens recorrem a trabalhos na cidade, como o trabalho em obras na vizinhança e em outros locais. Nessa situação, reproduzem-se na condição de subalternos na sociedade, com os subempregos e trabalhos temporários.

Outros acampados procuram diferentes maneiras de sobrevivência, através dos estudos, como na família da Dona Noêmia, em que um de seus filhos se formou em medicina em Cuba¹¹ e o outro está estudando para ser professor. Também fizeram curso superior a acampada Maria e sua filha Silvana, que se formou professora. Nos dois casos, as famílias são bem engajadas com as questões do assentamento e com a luta no MST.

Para poder obter renda por meio do trabalho na terra é necessário investimento e tempo, algo que é contrário do imediatismo da sociedade atual, mais difícil ainda de se conceber para os jovens, principalmente para aqueles que viveram a maior parte da vida nos centros urbanos.

A maior parte dos entrevistados moravam na cidade antes do assentamento, principalmente nas cidades da RMSP – Região Metropolitana de São Paulo e bairros periféricos de São Paulo. Dentre os entrevistados, três moravam na área urbana do bairro de Perus antes de ir ao assentamento, duas possuem casa própria no bairro, onde hoje moram os filhos, os outros três

¹¹ Curso de Medicina proporcionado pelo MST em parceria com a Escola Latinoamericana de Medicina (ELAM)

entrevistados moravam nas cidades de Franco da Rocha, Francisco Morato e Diadema.

Os acampados mais velhos adquiriram experiência no campo quando crianças e/ou adolescentes, mas os filhos desses, em grande parte, foram nascidos e criados na cidade, tanto que muitos não moram no assentamento e nem nunca moraram. Outros chegaram ao assentamento ainda adolescentes e permaneceram no assentamento, como no caso da Isabel, que veio com seus pais, formou sua própria família e hoje mora em um outro lote com seu esposo (há também outro caso em que pais e filhos moram em lotes separados na Comuna, como o Sr. João, que foi para o assentamento por intermédio da filha, que já morava lá, e hoje mora em seu próprio lote). Há ainda os que retornaram para a cidade e outros que vivem num movimento pendular entre a sua casa ou de familiares na cidade e o assentamento.

Dos seis entrevistados, quatro tinham casa própria na cidade, duas no bairro de Perus em área urbana e duas em cidades da RMSP: em três delas, os entrevistados deixaram a casa para os filhos morarem; em uma delas, o entrevistado fazia um movimento pendular entre a casa na cidade e o assentamento.

Os vínculos familiares na cidade é um dos motivos de maior aproximação dos acampados da vida urbana hoje, tanto quando os familiares os visitam no assentamento quanto quando eles vão até a casa dos familiares. Também frequentam a cidade para usarem os equipamentos sociais disponíveis no bairro vizinho, como a UBS de Cajamar, as escolas e comércios próximos.

Quanto ao meio físico, a rede de drenagem que abastece o assentamento é relativamente pequena, o principal afluente é o Córrego Itaim, que segue pelo limite Oeste da área. O relevo do assentamento apresenta predomínio de declividades médias e altas, do tipo Serra, com topos angulosos e vertentes ravinadas por vezes abruptas, com forte ondulação.

CATARUCCI (2014) aponta que o INCRA destaca no seu Estudo de Viabilidade Ambiental do assentamento que os solos da área variam de regulares a não adequados à agricultura, pois possuem problemas de fertilidade

e estão sujeitos a erosão, ficando também prejudicada a mecanização devido ao relevo de declive acentuado. Os acampados não consideram a terra muito boa, principalmente por conta do capim que cresce e, em clima seco, fica muito difícil de fazer a limpeza.

4.2 A produção – organização e características

Quanto à produção agropecuária, segundo CATARUCCI (2014), os sistemas produtivos utilizados na “Irmã Alberta”, de modo geral, obedecem ao da agricultura convencional, pautado no uso de insumos sintéticos e manejos convencionais como gradeamento e tombamento dos solos. Porém há também a combinação de técnicas convencionais com o uso de técnicas do sistema de produção orgânico e agroecológico, utilizando adubação verde, por exemplo.

Nos lotes entrevistados, os acampados relataram o uso das técnicas de tombamento e roçado, o tombamento só é realizado quando há acesso ao equipamento e quando os acampados têm dinheiro para pagar o uso da máquina. Essa técnica é preferível para eles principalmente na estação seca e para os mais idosos, devido às dificuldades de trabalho e também à declividade do terreno.

Nas áreas mais próximas aos fragmentos de mata, os acampados foram incentivados a introduzir o sistema agroflorestal. Este consiste em plantar diversas espécies de árvores e plantas a fim de recompor a área com espécies nativas, além de árvores frutíferas, leguminosas e feijão, em busca da recuperação do solo, por se tratar de área degradada por muitos anos com o pisoteio de gado.

Pudemos observar essas características de maneira mais clara em três lotes entrevistados, dois no núcleo 1 e um no núcleo 4, por estarem nas bordas do limite do assentamento onde estão localizadas as áreas de mata (Mapa 3) e por serem famílias que estão na ocupação desde o início. Esses lotes possuem variedade de árvores frutíferas, como abacate, limão, mexerica, amora, ameixa, manga, banana, além de usarem a serapilheira para fazer a cobertura do solo.

Conforme pesquisa de CATARUCCI (2014), a prática de agricultura orgânica se mostrou expressiva, sobretudo em dois núcleos que apresentam

melhores condições topográficas e famílias mais articuladas com a produção de alimentos.

O sistema de produção é composto, principalmente, de milho e mandioca, produtos com venda mais fácil para o mercado. O milho pode ser vendido tanto seco quanto maduro, o maduro vende melhor pois eles recebem o dinheiro todo de uma vez, segundo relatou um acampado.

Outro produto importante para o Assentamento são as Uvas. Quase todos os lotes entrevistados tinham plantio de uva. O plantio é feito por enxerto, muitas vezes a plantação é combinada com o cultivo de milho, entre eles é feito o plantio de feijão de corda, com o intuito de melhorar as características do solo.



Figura 5 - Consórcio de uva, milho, feijão de corda e feijão nhandu. (Autor: Ana Lígia, 2016)

Nos lotes com produção de hortaliças, frutas, legumes e ervas, a maior parte da produção é destinada para a subsistência da família, a maior parte dos entrevistados comercializam os excedentes eventualmente, e geralmente vendem seus produtos em bancas colocadas em frente ao lote. Há apenas um lote com uma banca permanente, o de um casal de idosos de 71 e 75 anos, Dona Nice e Sr. Pocotó, que mantêm uma horta no lote e outra na área coletiva. Na banca eles dividem os trabalhos com outro acampado, o Sr. Laércio, que

também faz outros trabalhos em conjunto com os dois. Outros acampados ajudam o Sr. Pocotó na colheita e plantio na área coletiva.



Figura 6 - Banca permanente no lote da Dona Nice. (Autor: Ana Lígia, 2017)

Há também a criação de animais de pequeno porte, como aves e porcos, esses animais e seus derivados são produzidos para consumo próprio na maior parte das vezes, apenas sendo utilizados para outros fins em casos muito particulares, como uma acampada que às vezes faz almoço e serve para os trabalhadores da fábrica ao lado, ou no caso do bar. As galinhas e patos são criados tanto em cercado quanto livres pela unidade, sendo alimentados por grãos e restos de comida, assim como os porcos, que são criados apenas nos cercados.

Na área coletiva, durante um tempo, foi implantada uma horta em forma de mandala, obedecendo os princípios da agroecologia. Os acampados puderam realizar cursos com os técnicos do INCRA e com ONGs que atuaram principalmente na fase inicial da Comuna Irmã Alberta. Apenas um dos entrevistados relatou que a família não faz uso da área coletiva de plantio, três famílias possuem hortas na área e a atividade mais agregadora no local é na época da colheita do milho, quando os acampados realizam mutirões.

Antes a venda dos excedentes era feita para CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, como relataram os entrevistados. Segundo CATARUCCI (2014), a venda para a CONAB cessou porque o assentamento

ainda não possui o registro oficial e por isso não é possível emitir notas fiscais para o escoamento de sua produção. No momento, a maior parte dos produtores faz venda direta aos vizinhos do assentamento, pessoas que passam pela estrada e já sabem da comercialização de produtos agrícolas e aos coletivos para compor cestas.

No momento a compra do que é produzido no Irmã Alberta feitas pelos coletivos são destinadas a alguns grupos de consumo por meio de cestas¹² com os produtos *in natura* e também outros produtos beneficiados, segundo dados coletados com o grupo GAIA, que é composto por integrantes do assentamento, da Regional São Paulo do MST, pesquisadores, interessados e etc.

Esses grupos são: Armazém do Campo, Cooperativa Monte Sinais, ComerAtivaMente, CAUS Copan, CAUS Bexiga, CCRU Solo – Coletivo Cru Solo, além de feiras nos SESC's Jundiaí e Vila Mariana e no SINDSERV/SBC – Sindicato dos Servidores Públicos e Empregados Públicos Municipais e Autárquicos de São Bernardo do Campo.

Junto à cooperativa de comercialização encabeçada pelo GAIA, foram coletados os valores pagos aos agricultores pelos produtos. Alexandre, integrante do grupo responsável pelo escoamento da produção do Irmã Alberta e também de outras Comunas da RMSP, nos forneceu os dados das compras realizadas em junho e julho de 2017.

¹² Essas cestas são compostas por produtos de outros locais, como da Comuna da Terra PDS Dom Pedro Casaldáliga e Assentamento Dom Tomás Balduino, além da própria Comuna da Terra Irmã Alberta.

Produto	Valor pago ao agricultor	Unidade/kg
Couve	R\$ 1,25	pé/maço
Alface	R\$ 1,25	pé/maço
Almeirão	R\$ 1,25	pé/maço
Cebolinha	R\$ 1,00	pé/maço
Coentro	R\$ 1,00	pé/maço
Salsinha	R\$ 1,00	pé/maço
Pimenta	R\$ 2,00	kg
Colorau	R\$ 1,00	pacote
Mandioca	R\$ 1,80	kg
Abóbora	R\$ 2,00	kg
Abacate	R\$ 2,00	kg
Banana	R\$ 1,90	kg
Limão Rosa	R\$ 1,40	kg
Maracujá	R\$ 4,00	kg

Tabela 1 - Produtos comprados na Comuna Irmã Alberta para integrar as cestas, valor pago por unidade (Fonte: Dados obtidos por meio de entrevista com Alexandre (elaboração própria))

Esse movimento com os coletivos e as frentes de consumo tem sido mais presente devido à preocupação com a conjuntura política atual no Brasil, com a paralisação do cadastramento de novas famílias para o Plano Nacional de Reforma Agrária e com o corte de orçamento nos últimos anos para o INCRA e outros projetos relacionados. Por tudo isso, o MST decidiu reforçar uma atuação mais autônoma e autogestionária.

Comparando o valor que as cooperativas de comercialização pagam aos agricultores acampados com os da venda direta, podemos observar que a venda direta dos produtos gera maior renda pois não é necessário utilizar os atravessadores nem pagar o frete de veículos para fazer o transporte dos produtos. Por exemplo, enquanto que o limão rosa é vendido a R\$1,40 o quilo pela cooperativa, na venda direta o valor chega a R\$ 2,00. Nesse ponto, a localização do assentamento pode significar um dos fatores de maior importância para favorecer a consolidação do comércio de seus produtos.

Outro aspecto importante é o vasto banco de sementes existente no assentamento, mantido no lote da acampada Antonia. São sementes de feijão de diversos tipos, variedades de milho, entre outras. Essas sementes são doadas a outros acampados e a outros assentamentos que precisem. Também é feita a troca e a aquisição de outras sementes através de parentes, amigos e por ocasião de viagens dos acampados para outras regiões.



Figura 7 - Banco de sementes no lote da Dona Antonia. (Autor: Ana Lúgia, 2016)

Para o beneficiamento da produção, pudemos verificar apenas a existência de uma casa de farinha, localizada no mesmo lote do banco de sementes. Verificamos que, dos entrevistados, apenas 2 fazem o uso da casa de farinha: a acampada que construiu o equipamento e é moradora do lote e outro acampado que costuma trabalhar em conjunto com a mesma. A venda da farinha é realizada no próprio lote, localizado na estrada, em uma das entradas para o assentamento. O kg é vendido por R\$ 7,00.



Figura 8 - Instrumentos na casa de farinha (Autor: Ana Lúgia, 2016)

Em campo foi possível observar outras atividades econômicas que vão além do trabalho na terra. Existem dois bares com venda de bebida alcoólica, apesar de ser uma atividade proibida em assentamentos. Eles garantem uma renda a mais seus proprietários e também acabam sendo espaços de integração entre os acampados e também com a vizinhança. Uma das entrevistas foi feita com alguns integrantes da família de um comerciante. Luciano cuidava do bar e foi o primeiro contato feito no lote. O trabalho dele na Comuna consistia em

cuidar do bar, ele não morava ali permanentemente e também fazia outros trabalhos fora.

Nesse caso, pudemos observar que o Luciano continuava frequentando o assentamento devido aos seus pais e outros membros da família morarem efetivamente ali, mas para ele era somente mais um trabalho que ele realizava.

Outra atividade específica realizada pela acampada Antonia é o serviço de refeição que eventualmente ela oferece aos trabalhadores da fábrica de papel Kaper, que fica localizada ao lado de seu lote. Ela cobra 10 reais em média pela refeição.

Nesse capítulo fizemos análise dos dados obtidos nas entrevistas e em campo, caracterizamos a Comuna da Terra Irmã Alberta a fim de relacionar os temas desenvolvidos nesse trabalho.

5. Considerações Finais

Ao buscarmos compreender de que forma os acampados da Comuna da Terra Irmã Alberta estão garantindo sua sobrevivência, nos perguntamos se através da agricultura isto estaria sendo possível e quais eram as implicações quanto à organização e localização desse modelo de assentamento para as famílias.

Nesse trabalho tentamos compreender os processos históricos da área estudada e também fizemos uma análise empírica, que possibilitou algumas reflexões e também o surgimento de novas questões.

Na Comuna da Terra Irmã Alberta a luta pela terra e a luta na terra estão sendo feitas ao mesmo tempo, isso tem sido um fator limitante para seu desenvolvimento, ocupado há 15 anos, ainda não possui infraestrutura satisfatória, tanto de moradia quanto para o trabalho na terra, que garantam maior autonomia das famílias.

A localização da Comuna pode ser considerada como privilegiada devido à proximidade da área urbana da cidade de São Paulo e de bairros urbanos de Cajamar e Santana de Parnaíba, principalmente quanto ao comércio, ao acesso aos equipamentos sociais e as parcerias com Universidades e grupos de apoio, já que o acesso a essas áreas pode ser feito de maneira mais fácil.

Com a criação da Comuna da Terra há a tentativa do desenvolvimento do campo não subordinado a cidade, ou seja, um campo que tenha autonomia e que supere a visão da cidade-campo como sendo centro-periferia. Apesar dos esforços nesse sentido, ainda vemos que há um longo caminho a ser percorrido para que haja a efetivação dessa mudança.

Um espaço rural em meio a áreas muito urbanizadas também se apresenta como resistência da luta pela Reforma Agrária e da luta das classes subalternas para sobreviverem de maneira alternativa à lógica do capital no campo, pois criam espaços de relações não capitalistas onde o capital é hegemônico.

A renda obtida pelos acampados dentro do assentamento não é suficiente para que esses possam ter autonomia de viver da terra. Conforme pudemos observar por meio das entrevistas com os acampados, a maior parte da renda que eles utilizam para sua sobrevivência não vem do trabalho na terra. A maior parte de seu sustento depende de pensões/aposentadoria ou de trabalhos externos à Comuna, na maioria deles desenvolvidos na cidade.

O espaço das Comunas se propõe a ser rural com elementos urbanos, mas temos que considerar que as dificuldades dos sujeitos que ali habitam de se sentirem pertencentes àquele espaço é um empecilho para a construção dessa unidade.

Também a falta de acesso ao crédito, a incerteza da permanência e o afastamento, advindo dessa incerteza, do MST em relação ao grupo de famílias da Comuna durante um certo período são fatores que contribuíram para que não houvesse um desenvolvimento adequado do assentamento, tanto na questão da produção de alimentos, da qualificação para o trabalho na terra e de infraestruturas básicas para uma vida digna, como quanto ao abastecimento de água e coleta de esgoto, além da ligação de energia. A não regularização do assentamento tem sido o principal fator limitante.

Quanto à organização da Comuna Irmã Alberta ainda é necessária maior integração dos moradores com as atividades de produção para seu desenvolvimento mais satisfatório. São fatores que dificultam uma melhor integração entre os acampados: a pouca experiência com a produção agrícola apresentada pelas famílias e a configuração territorial da área, cujo relevo dificulta a interação entre os lotes. Há uma discussão em andamento nos grupos de apoio, juntamente com os representantes do acampamento, quanto à possível reconfiguração territorial da área em vista de tentar sanar esse problema.

A cidade ainda é um local de segurança para as famílias, das 6 famílias entrevistadas 4 possuem uma morada na cidade, onde residem seus filhos ou outros familiares. Além disso, alguns mais idosos recebem a ajuda dos filhos, que muitas vezes colaboram trazendo alguns produtos da cidade.

Para que o processo da reprodução social dessas famílias continue a existir naquele espaço seria necessário maior interesse de outros membros da família em continuar a viver ali e trabalhar na terra, sobretudo no caso dos idosos e de outros moradores que têm filhos vivendo e trabalhando na cidade. É necessário que essas famílias se identifiquem com o trabalho na terra e procurem estabelecer valores camponeses, mesmo que não percam totalmente seus valores urbanos, já que foram espoliados tanto do campo quanto da cidade, para que possuam ferramentas para a construção de uma classe que possa lutar nas duas vias.

Então, o trabalho na terra não é a principal fonte de renda de onde os acampados retiram sua subsistência. Com pouca ou nenhuma plantação, os acampados dependem de outras fontes de renda. Alguns acampados não garantem nem seu próprio consumo. Como fazer a produção se tornar viável para as famílias diante desses problemas que parecem ainda sem solução? Como envolver os acampados que não estão interessados?

Essas questões vêm à tona por pensarmos que a conquista da terra é um desejo de muitas famílias, ainda mais essas que já foram expropriadas de outras maneiras. Mas a luta não termina aí, ela continua com a busca de estratégias que possam garantir a permanência na terra. Nos assentamentos Comuna da Terra a consolidação da produção e beneficiamento de produtos agrícolas é parte importante para essa garantia, então parte importante para a consolidação da Reforma Agrária na área.

6. Referência Bibliográfica

CATARUCCI, Amanda de Fátima Martin. **A produção do homem e da natureza no campo: A Comuna da Terra “Irmã Alberta” na reorganização da dinâmica da paisagem e seu inverso.** 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões Teórico- Metodológicas da pesquisa Geográfica em assentamentos de Reforma Agrária.** *In: Os 70 anos de Pasquale Petrone. Boletim Paulista de Geografia/Seção Regional de São Paulo. Associação dos Geógrafos Brasileiros. – n. 75 (1998) -.- São Paulo: AGB, 1998.*

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela Terra entre o campo e a cidade: As Comunas da Terrado MST, sua gestão, principais atores e desafios.** 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

_____. **Repensar a relação campo-cidade através das Comunas da Terra: os significados e desafios de um novo modelo de assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** *In: X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. São Paulo. Anais eletrônicos...São Paulo: EGAL, 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/17.pdf>*

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velha – GO.** 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2000.

_____. **Entre o campo e a cidade: formação e reprodução social da classe trabalhadora brasileira.** *Revista Agrária, São Paulo, Nº 5, pp. 170 - 185, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/111> - acessado em julho de 2017.*

MATHEUS, Delweck. **Comuna da Terra: Outra Concepção de Reforma Agrária**. In: PIRES, J. H.; NOVAES, H. T.; LOPES, J. A.; MAZIN, A. D. (Orgs) Questão agrária, cooperação e agroecologia – Volume 3 -. Uberlândia. Navegando Publicações, 2017. pgs 139-161. Disponível em: https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_henrique_flash - acessado em julho de 2017.

MIGUEL, Lovois de Andrade; MAZOYER, Marcel. **A abordagem Sistêmica no âmbito das Ciências Agrárias**. In: MIGUEL, L. A. (Orgs.) Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários. (Série Educação A Distância) 1ª edição – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/SistemasAgrarios.pdf> - acessado em agosto de 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI**. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (orgs.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Ed. Casa Amarela e Ed. Paz e Terra, pgs. 29 – 70

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais: do “indivisível” ao “divisível”**. Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. 1987. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3825&Itemid=170

RAGGI, Roberta Vieira. **O outro lado da metrópole: as Comunas da Terra na Região Metropolitana de São Paulo**. 2014. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

SILVA, José Graziano. **O Novo Rural Brasileiro**. Revista Nova economia, Belo horizonte. 7(1):43-81 (maio de 1997). Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/1s2015/RURBAN07.pdf